



UM OLHAR PARA O PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO, OCUPACIONAL E DE SAÚDE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA CIDADE MINEIRA

A LOOK AT THE SOCIODEMOGRAPHIC, OCCUPATIONAL AND HEALTH PROFILE OF PEOPLE WITH DISABILITIES IN THE MUNICIPAL PUBLIC SERVICE OF A CITY IN MINAS GERAIS

UNA MIRADA AL PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO, LABORAL Y DE SALUD DE LAS PERSONAS CON DISCAPACIDAD EN EL SERVICIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UNA CIUDAD DE MINER

Juliana Maria Eustáquio Silva¹, João Carlos Oliveira²

e585608

<https://doi.org/10.47820/recima21.v5i8.5608>

PUBLICADO: 08/2024

RESUMO

Este artigo tem como objetivo descrever o perfil sociodemográfico, ocupacional e de saúde de servidores com deficiência no âmbito da administração pública direta de um município de Minas Gerais localizado no Triângulo Mineiro. O município possui oitenta e uma pessoas com deficiência (PCD) dentre os servidores em efetivo exercício. O estudo descritivo com abordagem quantitativa envolveu onze PCD. A construção de dados ocorreu com a utilização de formulário autoaplicável com questões sobre condições demográficas, sociais, ocupacionais e de saúde. Dentre os participantes predominaram pessoas com deficiência física que se declararam brancas. As mulheres ocupam a maioria dos cargos públicos municipais reservados às pessoas com deficiência. A renda informada é superior a três salários-mínimos, ensino superior e especialização foram relatados pela maioria dos participantes. A área da educação é aquela com maior número de PCD em exercício. Apenas um participante não ingressou no serviço público através da reserva de vagas. A condição de saúde dos participantes evidencia demandas específicas relacionadas às deficiências e outras comorbidades prevalentes na população brasileira. O estudo evidenciou a importância da sistematização do perfil das pessoas com deficiência no serviço público para a construção de programas e ações inclusivas focadas na saúde do trabalhador. Tal mapeamento oferece ainda condições para o monitoramento da efetivação das políticas afirmativas no serviço público.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas com deficiência. Saúde do Trabalhador. Políticas Afirmativas.

ABSTRACT

This article aims to describe the sociodemographic, occupational and health profile of civil servants with disabilities in the direct public administration of a municipality in Minas Gerais located in the Triângulo Mineiro region. The municipality has eighty-one people with disabilities (PCD) among the civil servants in effective exercise. The descriptive study with a quantitative approach involved eleven PWD. Data construction occurred using a self-administered form with questions about demographic, social, occupational and health conditions. Among the participants, there was a predominance of people with physical disabilities who declared themselves white. Women occupy the majority of municipal public positions reserved for people with disabilities. The reported income is higher than three minimum wages, higher education and specialization were reported by most participants. The area of education is the one with the highest number of people with disabilities in office. Only one participant did not enter the public service through the reservation of vacancies. The health condition of the participants evidences specific demands related to disabilities and other comorbidities prevalent in the Brazilian population. The study highlighted the importance of systematizing the profile of people with disabilities in the public service for the construction of inclusive programs and actions focused on workers' health. Such mapping also offers conditions for monitoring the effectiveness of affirmative action policies in the public service.

KEYWORDS: People with disabilities. Worker health. Affirmative action policies.

¹ Graduada em Serviço Social, Especialista em Gestão e Políticas Públicas. Mestranda na Universidade Federal de Uberlândia- Instituto de Geografia Programa de Pós-Graduação Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador.

² Doutor e Mestre em Geografia, UFU-MG, Professor no Mestrado Profissional - Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador - Instituto de Geografia - Universidade Federal de Uberlândia.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM OLHAR PARA O PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO, OCUPACIONAL E DE SAÚDE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA CIDADE MINEIRA
Juliana Maria Eustáquio Silva, João Carlos Oliveira

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo describir el perfil sociodemográfico, ocupacional y de salud de los funcionarios con discapacidad en la administración pública directa de un municipio de Minas Gerais ubicado en la región del Triângulo Mineiro. El municipio cuenta con ochenta y una personas con discapacidad (PCD) entre los funcionarios en ejercicio efectivo. El estudio descriptivo con enfoque cuantitativo involucró a once PCD. La construcción de los datos se realizó mediante un formulario autoadministrado con preguntas sobre las condiciones demográficas, sociales, ocupacionales y de salud. Entre los participantes, hubo un predominio de personas con discapacidad física que se declararon blancas. Las mujeres ocupan la mayoría de los cargos públicos municipales reservados a las personas con discapacidad. Los ingresos reportados son superiores a tres salarios mínimos, la educación superior y la especialización fueron reportados por la mayoría de los participantes. El área de educación es la que tiene el mayor número de personas con discapacidad en la oficina. Solo un participante no ingresó al servicio público a través de la reserva de vacantes. La condición de salud de los participantes evidencia demandas específicas relacionadas a discapacidades y otras comorbilidades prevalentes en la población brasileña. El estudio destacó la importancia de sistematizar el perfil de las personas con discapacidad en la administración pública para la construcción de programas y acciones inclusivas enfocadas en la salud de los trabajadores. Este mapeo también ofrece las condiciones para monitorear la efectividad de las políticas de acción afirmativa en la administración pública.

PALABRAS CLAVE: *Personas con discapacidad. Salud del Trabajador. Políticas afirmativas.*

INTRODUÇÃO

Os avanços legais no Brasil para a garantia dos direitos das Pessoas Com Deficiência (PCD) representam uma mudança de paradigma, rompendo com um movimento histórico de exclusão, estabelecendo um contexto de inclusão e promoção da dignidade humana. Nesse contexto, a inserção dessas pessoas no mundo do trabalho foi estabelecido pela Constituição Federal de 1988, sendo regulamentada na Lei de Cotas, Lei 8.213/91, que estabelece às empresas privadas com mais de 100 funcionários, a reserva de vagas de 2% a 5%. Já no serviço público, a Lei 8.112/90; o Decreto 3.298/1999 e o Decreto 9.508/2018 especificam a cota de no mínimo 5% das vagas públicas. Todavia, não basta simplesmente proporcionar o acesso ao trabalho, é necessário oferecer condições dignas para que os trabalhadores com deficiência desempenhem suas atividades, respeitando suas peculiaridades.

Para Baptista e Silva (2011), o Brasil vem demonstrando um padrão demográfico novo, caracterizado pela diminuição da taxa de crescimento populacional e por intensas reconfigurações na composição estrutural atinente à faixa etária, apresentando expressivo aumento de pessoas idosas e do percentual de pessoas com deficiências.

Essas modificações, por sua vez, têm imprimido mudanças relevantes também no perfil epidemiológico da população, com alterações acentuadas nos indicadores de morbimortalidade, principalmente no que tange à população idosa e com deficiências. A deficiência e o trabalho têm sido abordados de forma distinta em cada época, cultura e lugar, em função de valores sociais, morais, filosóficos, éticos e religiosos (Baptista; Silva, 2011, p. 2).

Por trabalharmos com questões que envolvem PCD, é essencial dialogarmos com produções que discutem o conceito de “Pessoa com Deficiência.” No Brasil, o tratado incluído na legislação como



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM OLHAR PARA O PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO, OCUPACIONAL E DE SAÚDE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA CIDADE MINEIRA
Juliana Maria Eustáquio Silva, João Carlos Oliveira

marco constitucional, segundo o Decreto 6.949/2009, determina a mudança conceitual da deficiência e da terminologia para pessoas com deficiência (Brasil, 2009).

O propósito da Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente. Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (Brasil, 2009, p. 22).

Maior (2015) postula que a deficiência seja compreendida como um conceito que não se limita ao atributo biológico, pois também diz respeito à interação entre a pessoa e as barreiras ou os elementos facilitadores existentes nas atitudes e na provisão de acessibilidade e de tecnologia assistiva. Ou seja, o conceito de pessoa com deficiência que consta na Convenção se sobrepõe às legislações tradicionais que de praxe enfatizam o aspecto médico da deficiência. Neste âmbito, segundo Fonseca (2009), as deficiências físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais passam a ser consideradas características das pessoas, condições essas que podem ou não gerar restrições para o exercício dos direitos, dependendo das barreiras sociais ou culturais que se imponham aos cidadãos com tais limitações. O trabalho é um dos direitos da PCD e requer um olhar apurado para o quanto as instituições têm avançado na efetivação das políticas afirmativas.

Nesse contexto, torna-se essencial conhecer amplamente as condições dos trabalhadores PCD. Minayo e Costa (1997) advogam sobre a importância das práticas interdisciplinares – técnicas, sociais e humanas – e interinstitucionais, desenvolvidas por diversos atores situados em lugares sociais distintos e informados por uma perspectiva comum, para analisar e intervir nas relações de trabalho que provocam doenças e agravos. O campo Saúde do Trabalhador (ST) está fundamentado nos referenciais da Saúde Coletiva e estrutura suas ações na promoção, na prevenção e na vigilância. Urge investir para a sedimentação da abordagem do trabalho da PCD como possibilidade de elaborar estratégias de intervenção no campo ST que valorizem as políticas afirmativas.

Todavia, a revisão da produção acadêmica do Repositório Institucional da Universidade Federal localizada no município estudado evidenciou a ausência de estudos junto à PCD que ocupam cargos efetivos no quadro de servidores. Assim, propusemos uma pesquisa que respondesse às seguintes indagações: Onde estão lotados PCD? Qual seu perfil sociodemográfico, ocupacional e de saúde?

Em vista disso, a justificativa e a relevância do estudo deriva do quanto a temática é pertinente para a sociedade, pois cada sujeito é parte responsável na implementação e efetivação dos direitos da PCD, de modo que discutir essas questões é também uma ação política. Outrossim, é importante dar visibilidade e voz a servidores com deficiência, visto que tal escuta possibilita a identificação de suas demandas de forma a potencializar a discussão sobre o tema. Ademais, essa perspectiva colabora na construção da produção científica e no aprimoramento e tomadas de decisão em políticas públicas inclusivas.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM OLHAR PARA O PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO, OCUPACIONAL E DE SAÚDE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA CIDADE MINEIRA
Juliana Maria Eustáquio Silva, João Carlos Oliveira

O estudo se insere no campo Saúde do Trabalhador, mais especificamente, sobre a condição de trabalho e saúde de PCD atuantes no serviço público municipal. Adotamos a conceituação de pessoa com deficiência, dos tipos de deficiências e a classificação de barreiras, conforme descrito na Lei 13.146/2015. O objetivo geral do estudo é descrever o perfil sociodemográfico, ocupacional e de saúde de servidores com deficiência no âmbito da administração pública direta de um município de Minas Gerais localizado no Triângulo Mineiro.

MÉTODOS

Este estudo descritivo é proveniente de pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (PPGSAT) do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Aprovada por Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CAAE 65260222.1.0000.5152). A pesquisa foi realizada em município de médio porte, no Triângulo Mineiro, que conta com 12.977 (doze mil novecentos e setenta e sete) servidores conforme consulta feita ao portal transparência do município em agosto de 2022.

Neste artigo exploram-se os dados construídos na primeira fase da pesquisa voltada à identificação das PCD em efetivo exercício na administração pública municipal e caracterização de seu perfil social, econômico, ocupacional e de saúde (Minayo, 2014).

Em cumprimento a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), solicitamos junto ao Núcleo de Protocolo do município estudado, informações sobre a lotação e tipo de deficiência dos servidores públicos efetivos da administração municipal que tomaram posse até 29/07/2022. Recebemos acesso aos dados via e-mail, no qual constava o total de 81 servidores com deficiência, o local da lotação e os tipos de deficiências. Destes servidores onze retornaram o contato. Sendo assim, eles foram convidados a participarem da pesquisa e informados da garantia de anonimato nas informações prestadas.

Por conseguinte, elaboramos o formulário de caracterização do perfil sociodemográfico, ocupacional e de saúde dos servidores com deficiência. Na compreensão de Vieira (2009), o formulário é um instrumento utilizado na pesquisa composto por uma série de questões referentes ao tema investigado no estudo. Ainda de acordo com a autora, formulários bem-feitos produzem informações valiosas,

[...] mas os pesquisadores costumemente enfrentam uma grande dificuldade: as pessoas hesitam – ou, até mesmo, resistem – em responder às muitas perguntas que lhes são feitas. Isso é compreensível porque responder a um questionário toma tempo, exige atenção e reflexão, requer tomada de decisão diante de algumas questões. E algumas pessoas temem que as respostas dadas ao pesquisador possam ser usadas contra elas próprias (Vieira, 2009, p. 16).

O formulário de caracterização foi produzido objetivando mapear o perfil sociodemográfico, ocupacional e de saúde de servidores com deficiência no âmbito da administração pública direta municipal, de modo a responder o primeiro objetivo específico da pesquisa. Contemplou questões relacionadas à idade, cargo Público que ocupa, data de posse, autodeclaração de estado civil, gênero, Raça/cor, religiosidade, nível de escolaridade, Área de formação, renda mensal, tipos de deficiência e

RECIMA21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM OLHAR PARA O PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO, OCUPACIONAL E DE SAÚDE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA CIDADE MINEIRA
Juliana Maria Eustáquio Silva, João Carlos Oliveira

condição de saúde, características relacionadas ao trabalho, tempo em exercício no cargo e conhecimento dos participantes da pesquisa sobre legislação específica para pessoas com deficiência.

O formulário foi criado na plataforma Google *forms* o *link* de acesso encaminhado por *e-mail* e também em aplicativo de mensagens *Whatsapp*, individualmente para cada participante. O formulário ficou disponível para resposta no período de 16 de junho de 2023 a 15 de setembro de 2023. Houve adesão de onze servidores respondendo ao formulário.

Para Marconi e Lakatos (2005), o formulário constitui-se em uma ferramenta eficaz na geração de respostas objetivas e dissertativas, que estejam associadas ao tema principal da pesquisa. Nesse sentido, os dados gerados foram orientados pela tabulação dos resultados do formulário, produzindo tabelas e quadros para melhor compreensão, seguidos de análise descritiva.

Visando garantir sigilo e anonimato em relação aos participantes, qualquer dado que pudesse identificá-los foi eliminado. Buscando orientar as problematizações e discussões que foram desenvolvidas nesse texto, nos servimos de abordagens que possibilitam a análise e compreensão dos dados gerados pelo formulário de caracterização sociodemográfica, como por exemplo, os dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE de 2010¹. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD 2022). Levantamento de Informações Econômico-sociais das Pessoas com Deficiência (LIESPDeficiência- CEPES/IEUFU, 2009).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com as informações fornecidas pelo município investigado, havia 81 PCD servidores concursados e efetivos em pleno exercício há data da pesquisa. Quanto à lotação, a Secretaria de Educação possui (quarenta e nove) servidores com deficiência e a Secretaria de Saúde (dez). Os demais estão distribuídos nos seguintes locais: na Secretaria de Trânsito e Transporte (cinco); Secretaria de Anti Drogas/Defesa Social (três); Secretaria de Cultura (um); Secretaria de Meio Ambiente (dois); Secretaria de Serviços Urbanos (dois); Secretaria de Administração (dois); Secretaria de Finanças (um); Secretaria de Desenvolvimento Social (quatro); Secretaria de Obras (dois). Em relação às deficiências, observamos a predominância da deficiência física com 36 pessoas; auditiva 20 pessoas; visual 15 pessoas, neurológica uma pessoa e também nove pessoas que não informaram o tipo de deficiência.

¹ Utilizamos o Censo (IBGE, 2010) como parâmetro, pois de acordo com IBGE os dados completos do Censo 2022 das Pessoas com Deficiência até o momento da escrita dessa análise, ainda não foi publicizado integralmente. Fonte: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/calendario.html>. Acesso 02/11/23.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

UM OLHAR PARA O PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO, OCUPACIONAL E DE SAÚDE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA CIDADE MINEIRA
Juliana Maria Eustáquio Silva, João Carlos Oliveira

Tabela 1 Caracterização sociodemográfica quanto ao Estado Civil, Gênero, Raça/cor, Confissão Religiosa dos participantes do estudo (n=11)

VARIÁVEIS	N	%
GÊNERO		
Feminino	9	81,8
Masculino	2	18,2
COR		
Branco	8	72,7
Pardo	2	18,2
Preto	-	-
Amarelo	1	9,1
ESTADO CIVIL		
Casados	7	63,6
Solteiros	3	27,3
Divorciado	1	9,1
FAIXA ETÁRIA		
até 30 anos	2	18,2
31 a 59 anos	8	72,7
60 anos e mais	1	9,1
ESCOLARIDADE		
Ensino médio completo	2	18,2
Superior	2	18,2
Pós-graduação	7	63,6
RELIGIOSIDADE		
Católica	3	27,3
Evangélica	5	45,4
Espírita	2	18,2
Sem religião	1	9,1

Fonte: Pesquisa de Campo, 2023.Organização: SILVA, J. M. E.; OLIVEIRA, J. C. de, (2023)

Conforme dados observados na Tabela 1, as idades dos participantes estão entre 27 e 60 anos. Já em relação a autodeclaração de cor, a maioria (72%), se autodeclara brancos. Em relação ao estado civil, temos a predominância de pessoas casados com o percentual de 63,6%, seguidos de solteiros com 27,3%, e a minoria de divorciados com 9,1%. Entre os respondentes não há viúvos. Já quanto ao (sexo) gênero, temos 9 mulheres, totalizando 81,8% e 2 homens com 18,25%.

Há um fato social observado na autodeclaração de expressão de gênero, que nos chamou atenção, notamos uma preeminência das mulheres em relação aos homens no serviço público do município pesquisado. O que indica uma melhora na superação de barreiras na divisão sexual do trabalho também em relação as PCD.

Sendo assim, consideramos importante dar lugar ao termo “gênero” que no senso comum é muito confundido com o termo “sexo”. Existe sim, uma diferença, pois sexo é uma categoria que demarca biologicamente o que é ser fêmea, do que é ser macho. Já o termo gênero, por sua vez, é um conceito mais relacionado ao que é feminino, masculino ou ainda, uma mistura dos dois. Compreender essa diferença é essencial para discutir a igualdade, principalmente quando temos uma



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM OLHAR PARA O PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO, OCUPACIONAL E DE SAÚDE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA CIDADE MINEIRA
Juliana Maria Eustáquio Silva, João Carlos Oliveira

maioria de mulheres PCD, representadas nos achados da pesquisa.

Em vez disso, o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, "gênero" tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (Scott, 1995, p. 75).

Nesse sentido, ressaltamos a definição de gênero que, para a autora, se assenta integralmente entre duas proposições: "gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder". (Scott, 1995, p. 86). São essas relações de poder inseridas nas relações sociais que binarizam feminino e masculino, e são sustentadas por diferentes estruturas, sejam religiosas, educacionais e políticas. Assim, a análise de gênero constituída por Scott corresponde aos diversos campos que produzem e reproduzem discursivamente a representação do masculino e do feminino. Desta forma, para Scott (1995), o conceito de gênero cunhado pelo movimento feminista buscava deslocar-se de ideia de sexo, pois o termo sexo aprisionava o entendimento de desigualdade entre homens e mulheres no plano da biologia.

Tal indicativo se ampara na pesquisa de Nogueira (2016) que investigou as possibilidades de inclusão da PCD no serviço público federal, especificamente na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A autora relata que a questão de gênero aparece na UFMG, mostrando que a porcentagem de mulheres é inferior à dos homens, ainda que, para fins do concurso público, a questão de gênero não exija distinção de vagas ou salário. Segundo Nogueira,

vê-se uma desvantagem em ser Mulher com Deficiência. Tema levantado pela segunda geração da sociologia da deficiência (Diniz, 2012), influenciado pelo movimento feminista, mostrou que para além da experiência da opressão pelo corpo deficiente trazida pela primeira geração da sociologia da deficiência, havia uma convergência de outras variáveis de desigualdade, tais como raça, gênero, orientação sexual ou idade (Nogueira, 2016, p. 49).

Logo, de acordo com o número de respondentes da nossa pesquisa, percebe-se que a tendência de predominância de homens na ocupação de vagas para PCD no serviço público é uma realidade diferente no município investigado, visto que as mulheres são a maioria.

Quadro 1 –Área de atuação, Formação, Renda mensal

Respondente	Área de Atuação/formação	Renda mensal em salários-mínimos
1	Professor de língua portuguesa - Especialização	2 a 3
2	Agente sanitário - Mestrado	2 a 3
3	Oficial administrativo - Superior Completo	Acima de 3
4	Auxiliar administrativo - Médio Completo	1 a 2
5	Auditor fiscal tributário - Especialização	Acima de 3
6	Ag. Combate a Endemias - Especialização	Acima de 3



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM OLHAR PARA O PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO, OCUPACIONAL E DE SAÚDE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA CIDADE MINEIRA
Juliana Maria Eustáquio Silva, João Carlos Oliveira

7	Professor de Educação Física - Mestrado	2 a 3
8	Enfermeiro - Mestrado	Acima de
9	Enfermeiro - Especialização	Acima de 3
10	Enfermeiro - Especialização	Acima de 3
11	Asg- Médio Completo	2 a 3

Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. Organização: SILVA, J. M. E.; OLIVEIRA, J. C. de, 2023.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua do IBGE (2022) evidenciam que, em que pese a incidência de escolarização em nível superior das pessoas com deficiência, a participação delas na força de trabalho ainda apresenta significativa desigualdade em relação às pessoas sem deficiência. O que demonstra, portanto, que a graduação, não se constitui em fator suficiente para reduzir a discrepância entre a participação dessas pessoas na totalidade da força de trabalho no Brasil.

Contudo, percebemos que essa realidade não se assemelha ao nosso universo amostral, pois, referente a atuação e a área de formação/qualificação das PCD observamos que quase a totalidade, ou seja, nove participantes declararam que possuem formação em nível superior. Indo além, pois, notamos que há uma busca por uma boa qualificação. Considerando que sete dos onze participantes, ou seja, 63,6% têm especialização em alguma área do conhecimento.

Constatamos que referente às formações/especializações, as pessoas que atuam em alguma área da saúde, apresenta o maior número entre os respondentes. A realidade educacional por nós observada, assemelha-se com a constatada por Nogueira (2016, p.54), “são pessoas que se adequaram ao modelo de ensino brasileiro, que já tiveram experiências prévias no mercado de trabalho e que desenvolveram habilidades que os possibilitaram a serem classificados em concurso público e persistirem na sua qualificação”. Segundo a autora, mais de 70% dos servidores na pesquisa por ela desenvolvida possuem formação acima do esperado para o cargo. Fato esse, que se relaciona diretamente com a melhora da remuneração desses servidores com deficiência.

A melhora na remuneração se comprova quando comparada aos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2022), na qual apurou que o rendimento médio do trabalho de pessoas com deficiência no Brasil é de R\$ 1.860,00 o que correspondia a um salário-mínimo e meio, à época do censo. Enquanto, dentre as pessoas com deficiência que integram nosso estudo, no que se refere a renda mensal, temos a predominância de seis respondentes com rendimentos acima de três salários-mínimos, quatro participantes relataram que possuem renda entre dois e três salários-mínimos. Apenas um participante marcou a opção entre um e dois salários-mínimos.

Tabela 2 Caracterização: Tipos de deficiência e condição de saúde (n=11)

VARIÁVEIS	N	%
ORIGEM DA DEFICIÊNCIA		
Adquirida	5	45,5
Congênita	4	36,4
Doença rara/hereditária	2	18,2
TIPO DE DEFICIÊNCIA		



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM OLHAR PARA O PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO, OCUPACIONAL E DE SAÚDE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA CIDADE MINEIRA
Juliana Maria Eustáquio Silva, João Carlos Oliveira

Física	8	72,7
Auditiva	3	27,3
DOENÇA CRÔNICA		
Sim	7	63,6
Não	4	36,3
FORMA DE ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE		
Convênio	7	63,6
Particular	4	36,3

Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. Organização: SILVA, J. M. E.; OLIVEIRA, J. C. de, 2023.

No que concerne ao tipo da deficiência, temos oito servidores com deficiência física em conformidade com o observado dentre os 80 servidores do quadro geral do município, seguido de três servidores com deficiência auditiva. Destacamos que a predominância da deficiência física por nós encontrada, coaduna com os achados da LIESP Deficiência (CEPES/IEUFU, 2009), quando se constatou que a maioria das pessoas com deficiência do município estudado se encontravam na tipologia da deficiência física, com mil seiscentos e noventa e uma (1.691) representações. Contudo, a deficiência visual, que é a terceira com maior número de pessoas no quadro geral do município, não tem representação entre os participantes. Um dado importante na análise da tabela 2, necessita ser destacado. De acordo com cinco respondentes do formulário, temos que 45,5% das deficiências foram adquiridas, seguidas de 36,4% de deficiências congênitas, enquanto a hereditariedade e a doença rara somam 18,2%.

Entretanto, cabe salientar que a categorização da população brasileira com deficiência, em relação ao tipo de deficiência (Brasil, 2012) e a encontrada no quantitativo amostral dos participantes da pesquisa, apresentam diferenças se comparado com o Censo divulgado pelo IBGE em 2010. O referido Censo nos informa o seguinte ranque dos tipos de deficiência: Visual (18,60%), Motora (7%), Auditiva (5,10%) e Mental ou Intelectual (1,40%). Quanto à perquirição que diz respeito a ser acometido, ou não, por doença crônica, sete respondentes assinalam serem acometidos das seguintes doenças: uma hipotireoidismo; uma sequela de trombose venosa profunda; dois participantes Síndrome pós-pólio; uma asma; uma Hipertensão arterial; um Hipertenso e Diabetes tipo dois; um com apneia grave, hipertensão, bursite, tendinite, diabetes e ansiedade, totalizando 63,6%. Enquanto 36,4% responderam não terem doenças crônicas.

Referente ao uso de medicação, notamos um dado curioso, pois, mesmo que a maioria (63,6%) tenham afirmado serem acometidos de alguma doença crônica, ainda assim, responderam não fazerem uso contínuo de medicação. Quanto à forma de acesso a medicação, 63,6% adquirem com recursos próprios. Os (63,6%) dos participantes apontam para tendência de os servidores públicos com deficiência do município estudado optarem por acompanhar a condição de saúde através de convênio. O que pode ser justificado pelo fato de o município em questão oferecer adesão ao convênio na modalidade de coparticipação. Todavia, nos chamou a atenção que o restante dos participantes optaram por custear o acompanhamento de saúde via atendimento particular e não recorrerem ao SUS.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

UM OLHAR PARA O PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO, OCUPACIONAL E DE SAÚDE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA CIDADE MINEIRA
Juliana Maria Eustáquio Silva, João Carlos Oliveira

Tabela 3 Caracterização ocupacional dos participantes do estudo (n=11)

VARIÁVEIS	N	%
CARGO PÚBLICO QUE OCUPA		
Agente Sanitário	1	9,1
Agente de combate a endemias	1	9,1
Auditor Fiscal	1	9,1
Auxiliar Administrativo	2	18,2
Auxiliar de serviços gerais	1	9,1
Enfermeira(o)	3	27,3
Professor(a)	2	18,2
ADMITIDOS POR COTAS		
Sim	10	90,9
Não	1	9,1
TEMPO EM EXERCÍCIO NO CARGO		
2 a 5 anos	5	45,5
10 a 31 anos	5	45,5
Não informado	1	9,1
EXERCE AS ATRIBUIÇÕES DO CARGO		
Sim	9	81,9
Não	2	18,2
HOVE ALTERAÇÃO NO LOCAL DE LOTAÇÃO (Secretaria)?		
Sim	5	45,5
Não	6	54,6
MUDANÇA DE SETOR		
Sim	6	54,6
Não	5	45,5
CONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO PCD		
Sim	8	72,7
Não	3	27,3

Fonte: Pesquisa de Campo, 2023. Organização: SILVA.; OLIVEIRA, 2023.

Em relação aos cargos dos participantes do estudo, obtivemos a seguinte distribuição, um professor de Língua Portuguesa; um agente sanitário; dois auxiliares administrativos, um auditor fiscal tributário, um agente de combate a endemias, um professor de Educação Física, três enfermeiros, um auxiliar de serviços gerais.

Os dados referentes a admissão no setor público através da reserva de vagas demonstram a importância das políticas inclusivas enquanto instrumento de garantia dos direitos da PCD, pois no montante dos 11 respondentes, apenas um participante não utilizou a reserva de cotas para ingresso no serviço público no município pesquisado. Observamos nas respostas do formulário que seis pessoas participantes da pesquisa, ingressaram no serviço público a partir de 2013, via reserva de cotas, essa realidade local coaduna com pesquisa de Nogueira (2016) ao evidenciar que o melhoramento no processo de lotação e inclusão de servidores com deficiência é recente pois, apenas a partir de 2015 que se observa uma proposta integrada e que contempla as exigências legais, para além das cotas de vagas, que são notadas nos concursos. A autora ainda argumenta que este novo formato conflui com



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM OLHAR PARA O PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO, OCUPACIONAL E DE SAÚDE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA CIDADE MINEIRA
Juliana Maria Eustáquio Silva, João Carlos Oliveira

o aumento significativo das convocações dos servidores com deficiência que têm acontecido desde 2010.

Os respondentes indicaram, também, o tempo de atuação nos cargos acima elencados. O maior tempo foi de 31 anos e o menor de dois anos e seis meses, sendo que um dos participantes não compartilhou esta informação. Em relação ao exercício das atribuições do cargo nove (81,9%) pessoas relatam cumpri-las sem alteração ou promoção por função gratificada. Já (54,6%) permanecem na mesma lotação (Secretaria) desde a posse. Do total dos servidores respondentes seis (54,6) tiveram mudança de setor, mas permaneceram no mesmo cargo. Assim, esses dados apontam para uma realidade diferente da encontrada por Nogueira (2016), em pesquisa realizada junto a UFMG, na qual a autora constatou que dentre os servidores com deficiência que compuseram a população do estudo realizado por ela, 53% foram designados para receber função gratificada. Segunda a autora, esse é um número muito expressivo, haja vista que mais da metade dos servidores por ela entrevistados se tornaram chefe em seus setores de trabalho.

Para a pesquisadora, designar servidores com deficiência para função gratificada se mostrou um dispositivo relevante para tratar a questão da inclusão, considerando que as pessoas com deficiência que exercem essas funções foram indicadas por seus superiores. A autora entende que esse pode ser um indício da efetivação da inclusão de PCD no trabalho público, “já que nestes casos tanto o compromisso com a instituição quanto às características pessoais estão sendo valorizados nesta indicação (Nogueira 2016, p. 58).” Ademais, demonstrou-se que na UFMG tem-se a abertura de crescimento na carreira para esses servidores.

Por fim, quando interpelados a respeito de terem conhecimento pertinente à legislação específica para PCD, três servidores com deficiência, ou seja, 27,3% dos participantes do formulário, responderam que não possuem esse conhecimento. Esse é um dado preocupante, se considerarmos que os direitos da Pessoa com Deficiência compõem um arcabouço legal, que deve ser conhecido e em alguns casos acionado judicialmente para efetivar tais direitos.

Tal fato também foi percebido por Martins *et al.*, (2018) em pesquisa com Pessoas com Deficiências Motoras, pois ao interrogarem os participantes acerca dos direitos específicos da PCD, estes demonstraram pouco conhecimento da norma legal.

Alguns citaram direitos previstos em ordenamentos jurídicos que contemplam direitos fundamentais universais. Aqueles que identificaram os direitos específicos das PcD citaram as normas que 451 Pessoas com deficiências motoras e os direitos fundamentais Relato de Pesquisa cotidianamente são mais divulgadas - atendimento prioritário e assento preferencial - ficando a margem a efetividade de alguns direitos essenciais, como direito ao transporte, sistemas de cotas, isenção de taxas e acesso ao lazer e à educação. Embora alguns avanços tenham sido registrados na última década no Brasil quanto a inclusão social de PcD no mercado de trabalho e no âmbito sociocultural, muitos ainda permanecem sem acesso a serviços básicos (Martins *et al.*, 2018, p. 450).

Assim sendo, como essas pessoas podem buscar a efetivação de tais direitos e cumprir com seus deveres, se não os conhece? A esse respeito, Costa (2017) pontua que a deficiência tem passado por atualizações cuja intencionalidade é viabilizar o aumento do alcance dos direitos e deveres

RECIMA21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM OLHAR PARA O PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO, OCUPACIONAL E DE SAÚDE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA CIDADE MINEIRA
Juliana Maria Eustáquio Silva, João Carlos Oliveira

inerentes aos cidadãos com deficiência, fazendo com que suas ações tenham peso igual às demais pessoas da sociedade. Para além dos instrumentos legais, faz-se necessário que a sociedade se mobilize buscando conscientizar pessoas com e sem deficiência a respeito dos direitos das PCD. Nesse sentido, Gugel (2019) declara que deve haver a conscientização da sociedade e famílias sobre os direitos das PCD indicando ao Estado a necessidade de reconhecer a capacidade legal desse público e adotar salvaguardas apropriadas para o seu efetivo exercício.

CONSIDERAÇÕES

Conforme já descrito ao longo do texto, fomos instigados a conhecer o perfil sociodemográfico, ocupacional e de saúde de servidores com deficiência no âmbito da administração pública direta de um município localizado no triângulo mineiro. Assim sendo, reconhecemos que o objetivo proposto foi alcançado. Posto que, diante da relevância social e acadêmica do tema, ainda são poucos estudos que discutem questões relacionadas à saúde e condição de trabalho das pessoas com deficiência no âmbito da esfera pública municipal investigada. Todavia, consideramos que os trabalhos encontrados nas bases de dados pesquisadas, colaboraram significativamente para a sustentação das análises aqui apresentadas. Da mesma forma, entendemos que a metodologia que aplicamos, possui similaridade com o arcabouço conceitual e metodológico utilizado por outros pesquisadores na produção de conhecimentos concernentes a essa temática.

Diante da análise dos dados referentes à composição do quadro de Pessoas Com Deficiência que integram o serviço público no município por nós pesquisado, tivemos conhecimento de que 81 servidores com deficiência estavam em pleno exercício, até a data da coleta de dados que sustenta esse trabalho. Desses 81, observamos que a maioria está lotada na Secretaria Municipal de Educação, com predomínio da deficiência física.

Os participantes do estudo desvelam que, a idade predominante dos servidores com deficiência, está acima dos cinquenta anos. As mulheres ocupam a maioria dos cargos públicos municipais reservados às PCD. As pessoas autodeclaradas brancas compõem a maioria dos respondentes, não havendo representação de pessoas negras e ou pretas. A confissão religiosa de fé evangélica/protestante é maioria. Quanto à escolarização, predomina a formação superior com alguma especialização/mestrado, apenas dois participantes declararam ter ensino médio completo, não houve nenhuma resposta quanto ao ensino fundamental. Referente à renda, a maior parte tem receita acima de três salários-mínimos. Um fato importante observado é que quase a totalidade dos servidores com deficiência ingressaram no serviço público municipal através do regime de cotas, apenas um respondente informou não ter ingressado na carreira pública por esse meio. O que confirma a importância das ações afirmativas.

Constatou-se que a maioria permanece no mesmo setor em que tomou posse e que têm conhecimento sobre legislação específica para pessoas com deficiência. Quanto à saúde das pessoas respondentes desse trabalho, independentemente do tipo de deficiência, elas relatam que tem uma boa saúde, ainda que algumas tenham apontado ser acometidas de doenças crônicas.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM OLHAR PARA O PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO, OCUPACIONAL E DE SAÚDE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA CIDADE MINEIRA
Juliana Maria Eustáquio Silva, João Carlos Oliveira

No decorrer do trabalho, observamos a necessidade de mais estudos que tratem dessa temática. Portanto, esperamos que mais pesquisadores produzam estudos que se somem a este, e a outros, focalizando questões aqui suscitadas as quais não foi possível adentrar com mais profundidade. Assim, esperamos estimular estudos que versem sobre o trabalho de pessoas com deficiência na esfera pública municipal. De igual modo, esperamos contribuir com novas propostas de pesquisa que caracterizem essa realidade em outras localidades, de maneira que seja aprimorada a compreensão deste cenário investigado.

Por fim, sustentamos que a condição de saúde dos participantes evidencia demandas específicas relacionadas às deficiências e outras comorbidades prevalentes na população brasileira. O estudo evidenciou a importância da sistematização do perfil das pessoas com deficiência no serviço público para a construção de programas e ações inclusivas focadas na saúde do trabalhador. Tal mapeamento oferece ainda condições para o monitoramento da efetivação das políticas afirmativas no serviço público.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, A. K.; SILVA, F. C. M. Perfil demográfico e do emprego das pessoas com deficiência no município de Belo Horizonte, MG - Brasil. **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 21, n. 3, p. 288-297, 2011. Disponível em: <https://rmmg.org/artigo/detalhes/172>. Acesso em: 12 jan. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 05 nov. 2021.

BRASIL. **Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência**. Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012. Disponível em: <https://inclusao.enap.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido-original-eleitoral.pdf>. Acesso em: 28 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018**. Reserva às pessoas com deficiência percentual de cargos e de empregos públicos ofertados em concursos públicos e em processos seletivos no âmbito da administração pública federal direta e indireta. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9508.htm. Acesso em: 19 maio 2024.

BRASIL. **Decreto nº. 3.298 de 20 de dezembro de 1999**. Brasília: Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1999. Disponível em: http://www.in.gov.br/mp_leis/leis_texto.asp. Acesso em: 11 jul. 2024.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Brasília: Casa Civil, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146. Acesso em: 05 nov. 2021.

BRASIL. **Lei 8.213 de 24/07/1991** – Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde do Trabalhador**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_trabalhador_cab5_2ed.pdf. Acesso em: 05 nov. 2021.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UM OLHAR PARA O PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO, OCUPACIONAL E DE SAÚDE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA CIDADE MINEIRA
Juliana Maria Eustáquio Silva, João Carlos Oliveira

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990** anotada. 3 ed. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público.

BRASIL. **Decreto Executivo nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Brasília: Diário Oficial da União. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/579385/publicacao/15748546>. Acesso em: 10 maio 2024.

COSTA, P. H. F. S. **Fluxos de inserção e acompanhamento das condições de trabalho de servidores com deficiência**: um estudo de caso. 2017. 129f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

FERREIRA E. W. (Coord.). Levantamento de Informações Econômico-sociais das Pessoas Portadoras de Deficiência no Município de Uberlândia/MG. **Relatório de Pesquisa**. Uberlândia: CEPES/IEUFU, 2008. 169p. Disponível em: http://www.ieri.ufu.br/system/files/conteudo/pe08_uberlandia_liespdeficiencia_2008_1.pdf. Acesso em: 12 jan. 2024.

FONSECA, R. T. M. A ONU e o seu Conceito Revolucionário da Pessoa com Deficiência. **Revista LTr. Legislação do Trabalho**, São Paulo, v. 72-I, p. 263-270, 2009.

GUGEL, M. Aparecida. **Pessoas com Deficiência e o Direito ao Concurso Público**: administração direta e indireta. 3. ed. Goiânia: Editora UCG, 2016.

GUGEL, M. Aparecida. **Pessoas com deficiência e o direito ao concurso público**: reserva de cargos e empregos públicos, administração pública direta e indireta. Belo Horizonte: RTM, 2019. 347p.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)**. Brasília: IBGE, 2022. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/0a9afaed04d79830f73a16136dba23b9.pdf. Acesso em: abr. 2023.

MAIOR, I. M. M. de L. **História, conceito e tipos de deficiência**. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2015. Disponível em: https://www.deficienciavisual.pt/txt-Historia_conceito_tipos_def.htm. Acesso em: 12 dez. 2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, W. de B. *et al.* Pessoas com Deficiências Motoras, Conhecimento e Usufruto dos seus Direitos Fundamentais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, n. 3, p. 441-454, jul. 2018.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. 14 ed. São Paulo: HUCITEC, 2014. 416p.

MINAYO, M. C. de S. THEDIM-COSTA, S. M. F. A construção do campo da saúde do trabalhador: percursos e dilemas. **Cadernos de saúde pública**, v. 13, p. 21-32, Suplemento 2, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/dgXxhy9PBddNZGhTy3MK8bs/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 mar. 2023.

NOGUEIRA, P. M. **Inclusão da pessoa com deficiência no trabalho**: Possibilidades Institucionais no Serviço Público Federal. 2016. Dissertação (Mestrado em Promoção de Saúde e Prevenção a



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

UM OLHAR PARA O PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO, OCUPACIONAL E DE SAÚDE DE PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA CIDADE MINEIRA
Juliana Maria Eustáquio Silva, João Carlos Oliveira

Violência) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 91f. 2016. Disponível em:
<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-AMLND9>. Acesso em: 28 out. 2023.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre,
v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

VIEIRA, S. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009.